

A MEMÓRIA COMO LUGAR DE CULTURA¹

The memory as a place of culture

La mémoire comme lieu de culture

Rodrigo Matos-de-Souza²

Resumo

O ensaio procura observar o papel que os espaços de memória ainda desempenham nas sociedades contemporâneas para pensar como esses espaços vêm convertendo-se em lugar de cultura, museus do sofrimento, e em não-lugares de espetáculo. E de como o esvaziamento da função da memória tem permitido a ascensão cada vez mais sem constrangimento de discursos, propostas e exaltações de práticas fascistas que ingenuamente imaginávamos ter deixado no passado.

Palavras-Chave: Memória; Cultura; Política

Abstract

The essay seeks to observe the role that the spaces of memory still play in contemporary societies to think about how these spaces have been converting themselves into places of culture, museums of suffering, and non-places of spectacle and how the emptying of the function of memory has allowed the increasingly unconstrained rise of discourses, proposals, and exaltations of fascist practices that we naively imagined we had left in the past.

Keywords: Memory; Culture; Politics

Resumé

L'essai cherche à observer le rôle que les espaces de mémoire jouent encore dans les sociétés contemporaines - à penser comment ces espaces se sont convertis en lieux de culture, en musées de la souffrance, en non-lieux de spectacle, et comment le vidage de la fonction de mémoire a permis l'essor de plus en plus libre de discours, de propositions et d'exaltations de pratiques fascistes que nous imaginions naïvement avoir laissées dans le passé.

Mots clés: Mémoire; Culture; Politique

¹ O presente ensaio é ação derivada do projeto "Colonialismo/Colonialidade: cenários de resistência e subordinação" e recebeu apoio do edital DPI/DPG/UnB 02/2022 – Apoio à execução de projetos de pesquisas científicas, tecnológicas e de inovação com produção de artigo e da Chamada 002/2022, etapa III, julho de 2022, do Programa de Pós-Graduação em Educação – Modalidade Profissional – PPGEMP/UnB.

² Doutor; Universidade de Brasília. Brasília, Brasil; rodrigomatos@unb.br | <https://orcid.org/0000-0002-8788-4966>.

I

Há alguns anos a artista alemã Shahak Shapira registrou em um projeto artístico numa página da internet algumas imagens de jovens no memorial do Holocausto em Berlin. Nas imagens víamos jovens que, nas entrelinhas, podiam ser percebidos como turistas em visita à cidade alemã, mesmo que nenhum dado adicional sobre eles ter sido fornecido. O trabalho de Shapira contrastava o absurdo: jovens sorridentes, em poses jocosas em meio a monólitos que fazem referência a lápides e simbolizam seis milhões de judeus mortos pelos nazistas na II Guerra Mundial³.

Os “museus e a imaginação museologizante são profundamente políticos” (ANDERSON 2009, p. 246). A estrutura dos museus, nos quais também estão incluídos os memoriais em termos administrativos e em alguma medida os monumentos, quando ganham estrutura de quase-museus, em seu processo de curadoria do passado, funcionam como uma grande narrativa seja nas instituições que se propõem a dizer dos estados nacionais e da catalogação de objetos representativos de seu passado ou daquelas estruturas que fundamos em torno de um tema a ser recordado. Os museus são catálogos narrativos de um tempo e de um espaço fundados e imaginados por nós, que afirmam nossa identificação dentro de um horizonte, dizem que pertencemos a uma história. Já os memoriais vêm encontrando múltiplos formatos para preservar algo que se quer lembrar, como “monumentos à memória onde a cultura material

³ A pedido dos jovens a artista alemã retirou do ar as imagens com as comparações, no mesmo sitio da internet explica os motivos, dentre os quais está ter conseguido o feito de mobilizar as pessoas para o absurdo e ter possibilitado aos jovens retratados, pedagogicamente, que refletissem sobre o feito. <https://yoloocaust.de/>. As imagens ainda podem ser acessadas pela internet em qualquer buscador com as palavras chave jovens + memorial + holocausto e ainda podem ser vistas compiladas em reportagens que repercutiram o trabalho da jovem artista alemã à época: <https://www.hypeness.com.br/2017/01/artista-expoe-o-comportamento-contraditorio-de-turistas-no-memorial-do-holocausto/>

Artigos Livres

seria, portanto meio e não fim” (CASTRO, 2006), dando um caráter quase sacralizado a conservação da memória (BARCELLOS, 2006).

Apesar de não haver um consenso sobre o termo memorial, bem como de sua utilização, além de ter uma evidente confusão em termos administrativos e políticos com a função que já desempenham em diferentes sociedades, os museus e os memoriais, possuem um papel de natureza pedagógica incontornável, qual seja, o de fazer com que algo que não possui a mesma materialidade de um objeto ganhe espaço em uma narrativa de sociedade, preservando seus registros mais sensíveis de identidade.

Com essa função pedagógica dos memoriais esclarecida, então, o que acontecia com aqueles e aquelas jovens para sorrirem em meio à representação do horror museologizada? Estas estruturas, como lugares de formação, ainda conseguem cumprir seu objetivo de dar ao povo o conhecimento de sua história e de sua memória? As páginas que se seguem pretendem responder minimamente a estas duas perguntas, e debater como os memoriais das experiências de terror de um passado não muito distante já não conseguem comunicar a memória que pretendem sacralizar.

II

O marco de *Auschwitz* como exemplo da experiência concentracionária e modelo comparativo para experiências contemporâneas de extermínio massivo encontra numa certa tradição do pensamento contemporâneo europeu alguns recursos conceituais com os quais as Ciências Humanas se acostumaram a trabalhar: tais como o Estado de Exceção e o autoexplicativo “o que resta de Auschwitz” agambenianos, a banalidade do mal arendtiana (AGAMBEN, 2017, 2014; ARENDT, 2013) e ainda, mais

Artigos Livres

diretamente ligado às questões que trago neste ensaio, o Após Auschwitz adorniano (ADORNO, 2012), que marca no tempo histórico um antes e depois, que compreende o marco do sofrimento como cicatriz, uma escara moral para a qual não pode haver alívio, e sobre a qual é preciso insistir constantemente como ameaça, sob a pena de reabertura da ferida, agora com os pruridos fétidos da decomposição pelos anos.

Nas décadas de 1960 e 1970, bem como nas duas primeiras décadas do século XXI encontramos certa recorrência no uso desses conceitos, no primeiro momento há uma clara influência do Adorno de Após Auschwitz e dos movimentos pela memória da *Shoah* iniciados nos meados da década de 1960 como movimentos de resgate de uma memória que começava a se perder, ser contestada por revisionistas e negacionistas, e de esquecimento do mal que conduziu aos processos de extermínio massivo de pessoas na Segunda Guerra Mundial. Em nosso tempo há uma retomada evidente do debate nos trabalhos do filósofo italiano Giorgio Agamben (2017, 2014), do filósofo catalão Joan-Carles Mèlich (2004) e mais timidamente nos trabalhos do filósofo francês, Georges Didi-Huberman (2017).

Mais do que prenúncios teóricos, os dois tempos se aproximam em termos históricos, pois há também claros indícios de que os movimentos que serviram de mote para a advertência adorniana permanecem vivos, e em nosso tempo emergiram de um sono profundo, isso na melhor das hipóteses, ou deram um passo adiante depois de algumas décadas de recuo tático nas sombras, o que parece mais factível. E de forma bem palpável, não é sem espanto que as sociedades ocidentais perceberam como a aproximação das performances políticas de figuras como Órban, Trump, Bolsonaro, Duterte, Le Pen dentre muitos outros de um discurso que, oscilando entre o flerte e a total aderência, assemelhavam-se em forma e conteúdo do nazi-fascismo emergente na primeira metade do século XX.

Artigos Livres

Estes momentos históricos tão semelhantes entre si na emergência da negação do outro, no processo de elogio da morte, ao que parece, também, aproximam-se numa tentativa de apagamento da Consciência Moral -- e de certa consciência humana cultivadas nos espectros mais progressistas das sociedades ocidentais -- fenômeno muito trabalhado por Hannah Arendt (2004, 2013), a saber, a perda de um freio, grosso modo, da voz interior que nos diz que o que fazemos está errado: “Consciência moral é um *saber-com, uma consciência de*, [...] um saber íntimo da licitude ou ilicitude de nossas intenções e ações, de nossas máximas e das ações que delas decorrem [...] atuando como infalível instância de julgamento, nos censura ou nos louva, nos condena ou absolve”. (GIACOIA JR, 2011, p.150).

A consciência moral provoca um sentimento de aprovação e reprovação de nossos atos e vontades. A consciência moral é fato originário, racionalmente inexplicável, porém inegável enquanto aspecto inerente à consciência moral de seres racionais (MATOS-DE-SOUZA, 2015, 2016. MATOS-DE-SOUZA & SOUZA, 2016.). O mal banal arendtiano se inscreve nessa recusa ao diálogo interior de si consigo mesmo, com sua consciência. Eu, enquanto sujeito, posso me recusar a dialogar com o outro, e posso me afastar de quem discorda de mim. Porém, de minha consciência não. Posso ser desajustado, entrar em crise, discordar de mim mesmo, mas, ao final, não posso entrar em total desacordo comigo, é preciso encontrar harmonia. E se pratico o mal sou obrigado a conviver para sempre com o malfeitor que carrego comigo (ARENDT, 2004; MATOS-DE-SOUZA, 2015, 2016; GONÇALVES, 2022).

A recusa de se pensar a si mesmo e as responsabilidades de suas ações que Arendt observa em Eichmann, o burocrata que, ao não se questionar, mesmo anos após ter recebido as ordens de seus superiores, desvela a dimensão superficial do mal em sua natureza banal.

Não é o assassinato que é perdoado, mas o assassino, a sua pessoa, assim como ela aparece nas circunstâncias e intenções. O problema com os criminosos nazistas foi que eles renunciaram voluntariamente a todas as qualidades pessoais, como se não restasse ninguém a ser punido ou perdoado. Eles protestaram repetidas vezes, dizendo que nunca tinham feito nada por sua própria iniciativa, que não tinham tido nenhuma intenção, boa ou má, e que apenas obedeceram ordens. Em outras palavras: o maior mal perpetrado é o mal cometido por Ninguém, isto é, por um ser humano que se recusa a ser uma pessoa (ARENDT, 2004, p 159).

Esse descolamento do sujeito de sua consciência, de um ponto de vista mais amplo provoca a erosão dos valores da experiência democrática, ou seja, da constituição de uma vida digna entre iguais que partilham um mundo e valor interiores (NUSSBAUM, 2011). E a erosão dessas práticas está na base de uma sociedade que provoca uma ruptura com a consciência moral, pois, se não há voz interna do sujeito, também, pois não há mais voz dizendo ao outro o que é o absurdo.

A ideia de *Auschwitz* não se trata do fato de que consiste em um evento extraordinário e devidamente localizado no passado como uma referência à memória, mas reside no fato de que é um evento constantemente atualizado e reproduzido em nossas sociedades, podendo até constituir-se como marco da normalidade da vida humana (DUCH, 2004. AGAMBEN, 2014; MARTIN, 2006; GOODMAN-THAU, 2017). Os exemplos de nossa reprodução de *Auschwitz* são muitos e vão das experiências de extermínio em Ruanda e nos Balcãs, dos ataques sistemáticos a minorias na Índia, Síria ou no Norte da África, mas, também, de experiências cada vez mais sutis e que inserem a aniquilação do outro como algo possível de ser pronunciável e abrem caminho para a banalização do mal (Arendt, 2013). O *Lager*, o campo de concentração, desde os eventos da Segunda Guerra Mundial, nunca esteve tão presente em nossos discursos e práticas cotidianas, ao que parece a quase súplica em forma de ensaio proposta por

Artigos Livres

Adorno (2012), na qual pedia vigilância sobre o marco auschwitziano para evitar sua repetição, não tem encontrado muitos leitores ou não provoca mais o mesmo efeito sobre o público.

Ao mesmo tempo, a experiência concentracionária tem sido revisitada de outras formas, como experiência turística, incorporada à paisagem urbana, nas quais *selfies* sorridentes contrastam com grades, arames farpados, fornos, jazigos e centros de tortura; e como *bildung*, espaços de formação de memória coletiva para jovens judeus, que ali deveriam cimentar os elos com o sofrimento dos seus antepassados, a fim de evitar sua repetição – e que retornam aos seus lugares sem ver o campo vizinho, e cheio de palestinos, como um tipo de reprodução desse passado. Os campos parecem ter perdido seus efeitos de memória e formação, convertidos em espaços de espetáculo, de uma performance-peregrinação, um não-lugar pelo qual se passa sem que haja, de fato, experiência (AUGÉ, 2017), tal como um supermercado, um centro comercial ou um aeroporto, espaços aos quais ninguém pertence, e de cuja existência histórica se duvida abertamente apesar dos esforços em torno da preservação de suas memórias.

III

Há muito tempo a ideia de museu ultrapassou a tentativa de produzir uma narrativa nacional, como recurso à memória de um povo ou um grupo, inventada como símbolo e instituição detentora do que representa ser um sujeito de uma nação. Hoje os museus vão além dessa elaboração, diria até dessa fabulação inicial e pedagógica, que reafirmava nossos mitos fundacionais e nossas bem ou mal construídas narrativas históricas. Hoje, os museus converteram-se em lócus de entretenimento, nos quais

Artigos Livres

o que menos importa é a narrativa, mas a fragmentaridade do apresentado, e nesse sentido, ir ao museu/memorial/monumento contemporaneamente tem menos a ver com um recurso à memória, e mais com a adesão a uma *hashtag*, muito próximo do que experimentamos no trânsito com as redes sociais, no qual parece pouco importar a coerência do que estamos fazendo, o lugar de onde fazemos, quem somos ou o porque de nos comportarmos dessa forma. A exposição de si mesmo no espaço público das redes é o valor ser compartilhado.

O lugar de memória converteu-se em espaço de passagem. Assim que se evidencia sua condição de não lugar, desvirtuando seu papel formativo no contexto de uma sociedade. Nesse sentido, o não-lugar está relacionado com o reconhecimento dos acontecimentos contemporâneos como eventos antropológicos, com seus excessos, transitoriedade dos fatos e a própria dificuldade de análise do imediato, na medida que as coisas não tem a condição de lugar estável. Aqui tomo a metáfora de Marc Augé (2017) do não-lugar como espaço antropológico e vazio ao mesmo tempo, “Como um espaço criado pelo olhar que o toma como objeto” (AUGÉ, 2006, p. 116), Um espaço constituído como espetáculo, mas que não chega a produzir uma identificação, como um grupo, uma tribo, ou mesmo um lar, um bairro, uma cidade e etc. É o reconhecimento de pontos de ancoragem centrados em determinado interesse, é certo que os não lugares “existem”, mas só ganham concretude através do olhar de quem o investiga, de resto são pontos de passagem.

Como muitos não lugares, os museus, os monumentos e os memoriais possuem uma função formativa do imaginário de uma sociedade, compõem o plano geral da *bildung* e, na medida em que narram um passado, mimeticamente, constituem uma forma de experiência no momento em que podem tocar o outro, transformando-o (HEIDEGGER, 2003). Reside aí sua principal potência, de outra forma não

Artigos Livres

seriam mais do que um repositório, ou um arquivo-morto de coleções do passado. É justamente em sua potência que, ambivalentemente, reside seu perigo, pois as narrativas ali difundidas podem ser configuradas ao azar dos governos de ocasião, cujo interesse resida na revisão de alguma parte vergonhosa da memória, que exponha uma brecha na narrativa do estado nacional, ou mesmo que produza constrangimento no grupo/etnia no poder.

Por revisionismo, contemporaneamente, identificam-se movimentos que propõem abertamente a mudança de parte ou do todo de uma narrativa histórica, quase sempre amparada em alguma alternativa à narrativa oficial, constituem-se como uma política da história que propõe o reencontro com a verdade e a partir de indícios de que um momento histórico foi adulterado (POGGIO, 2006; JAURETCHE, 2019). Isso pode significar a inclusão de um grupo que foi esquecido no panorama mais amplo da narrativa oficial (como vem acontecendo com as revisões da participação das mulheres, dos grupos LGBTQIAPN+ e dos negros e indígenas nas narrativas históricas de alguns países ocidentais e de suas periferias), mas, também, a revisão do papel do mal na história, como sói acontecer com as tentativas de revisão do papel dos dominadores, dos colonizadores, dos invasores e dos genocidas por seus simpatizantes na contemporaneidade. Saindo à procura de justificativas para as práticas desumanas nas expansões imperialistas, nos massacres de opositores políticos, nos genocídios perpetrados pelo colonialismo e, talvez o mais popular dos movimentos revisionistas, os que procuram dar ao nazismo um papel de vítima na Segunda Guerra Mundial, negando a própria existência do Holocausto.

As ações de preservação da memória se instituem como espaços de disputas, no qual distintos sujeitos combatem, em função de suas memórias particulares, na perspectiva de conservação de suas versões para os fatos, procurando torná-las hegemônicas. “[A] avaliação de distintos passados como a

Artigos Livres

proposta de diversos futuros e a posição em relação ao poder determinam o tipo ou os tipos de monumentos que permitem construir os respectivos nós inclusivos ou excludentes a partir de quem fala” (ACHUGAR, 2003, p. 214). Dito isso, os espaços de memória tanto podem figurar como não lugar da memória como da revisão histórica, permitindo ao estado negar sua responsabilidade, assim que for conveniente a negativa. “O Estado [ao fim e ao cabo] não se responsabiliza pela morte de ninguém” (KHLÉBNIKOV in JAKOBSON, 2006, p. 12).

Tomados pelos estados como instituições, os lugares de cultura, em sua artificialidade, como peças publicitárias, divulgam os discursos oficiais sobre um tema, cujo enredo oscila na proporção dos interesses pelo narrado (por quanto tempo, por exemplo, o discurso sobre Auschwitz poderá sobreviver ao avanço de políticas que o converta em uma versão negacionista do Holocausto⁴? Ou por quanto tempo os memoriais de tortura serão espaços dedicados a lembrar das vítimas das ditaduras latino-americanas quando discursos que negam as mortes e as torturas ocorridas nesses porões emergem sem nenhuma vergonha no espaço público?).

A produção de um espaço dedicado à memória que venha a se converter em um espaço de negação pode parecer algo fantasioso, mas na própria internet podemos encontrar iniciativas, de linguagem amparada em versões da história e da memória que conduzem milhares, talvez milhões de desavisados a iniciativas de aberto revisionismo negacionista⁵. Este tipo de consumo, típico da web tem

⁴ Com o avanço da erosão democrática na Polônia (Applebaum, 2018) a instituição do holocausto enquanto verdade histórica passou a ser questionada por governos de extrema-direita, esteticamente nazifascista, e abertamente antissemita, chegando ao ponto de tentar criminalizar quem associasse os campos de concentração poloneses à Polônia (sic) (Deutsch Welle, 2018) ou a recente condenação de dois historiadores por associarem em sua pesquisa sobre o Holocausto ao território polonês (Altares, 2021), de onde não se pode retirar Auschwitz – não? -, bem como os demais campos que funcionaram na Polônia durante a Segunda Guerra Mundial.

⁵ São milhares os sítios na internet nos quais se encontram conteúdos negacionistas sem nenhuma advertência, além de milhares de vídeos no Youtube, nos quais são reproduzidos argumentos presentes n’Os Protocolos dos sábios de Sião (<https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/protocols-of-the->

Artigos Livres

produzido os mais variados questionamentos da verdade histórica não em suas falhas e reconhecidos problemas de representação, mas na produção de uma versão histórica que justifique interpretações alternativas da realidade, os fatos alternativos, que já encontraram até registro em discurso oficial durante o governo de Donald Trump nos EUA (Political Dictionary, 2022), e cotidianamente nas performances públicas de político de extrema-direita, como as de Bolsonaro. A apropriação feita dos símbolos nacionais, dos monumentos e dos espaços de memória pela extrema-direita mundial nos mostra como tais registros do passado podem ser apropriados e torcidos para caberem em versões alternativas do passado e do presente.

Daí que quando a preservação da memória encontra-se com o desejo de manipulação da realidade, um espaço que propague este tipo de narrativa pode funcionar, justamente, como um espaço de constante revisão do passado através da memória. O Stalinismo foi exemplar nesse tipo de narrativa histórica revisada constantemente, a novidade está em que se faça isso nas democracias liberais do Ocidente com matizes proto-fascistas e no tempo presente. Como já mencionado anteriormente os estados não costumam se responsabilizar pelas mortes que produz (KLEBNIKOV in JAKOBSON, 2006), sejam as que cometem deliberadamente no ambiente de guerra, nos atos de terrorismo de estado ou no mais típico de sociedades identificadas pelas marcas da colonialidade - notadamente, da produção de um corpo menor e indesejado no âmago de suas próprias sociedades -, da necropolítica (Mbembe, 2018), quando as mortes se avolumam sem produzir o mesmo tipo de ruído e desconforto que produzem quando

[elders-of-zion](#)), ou mesmo delírios envolvendo os judeus, o judaísmo e conspirações globais. No Brasil, a produtora Brasil Paralelo, por exemplo, faz um exercício semelhante ao rere ler as torturas e as mortes no período da última ditadura brasileira culpando as vítimas (<https://www.youtube.com/watch?v=yTenWQHRPlg>), e os “gurus” intelectuais dos governos Bolsonaro, Trump e Putin, respectivamente Olavo de Carvalho, Steve Bannon e Alexander Dugin se encontram justamente no revisionismo histórico e no negacionismo científico (Carvalho, 2020).

Artigos Livres

ocorrem nos ‘bairros do colonizador’ e nos países do Norte global (FANON, 1968; MATOS-DE-SOUZA & MEDRADO, 2021).

E na eventualidade do discurso ser inconveniente, nas muitas mudanças de governo, o estado pode apagar esta responsabilidade à qual se mantém em constante julgamento. Convenientemente, a transformação dos espaços de preservação da memória em “lugares de cultura” (DIDI-HUBERMAN, 2017; 2013), que já não informam a barbárie da qual seus monumentos foram cenário, e como local de entretenimento que já não produz a reflexão que sua preservação ensinava, vem tomando o lugar do papel educativo da memória: “Auschwitz como *Lager*, lugar de barbárie, sem dúvida foi transformado em lugar de cultura [...]. A questão toda está em saber de que gênero de cultura esse lugar de barbárie tornou-se o espaço público exemplar” (IDEM, 2013, p. 105).

É-nos sabido que a memória sempre caminha *pari passu* ao esquecimento, cuja potência reside na produção desse tipo de apagamento, cuja consequência mais imediata é a obliteração das representações das culturas minoritárias pelas massas, que ensinadas a venerar a ignorância e a brutalidade, já não conseguem perceber os movimentos de obliteração por que passam, por vezes, seu próprio grupo. Com a instituição do lugar de memória como lugar de cultura este também se converte em um espaço de produção do esquecimento, talvez propositalmente trabalhado (GAGNEBIN, 2009; AUGÉ, 1998; ROSSI, 2010; MATOS-DE-SOUZA, 2021). Um tipo de abandono organizado da memória que está na gênese psicossocial das dominações totalitárias e da produção do desprezo pela coisa (SLOTERDIJK, 2002). Se, a princípio nos encaminhamos para admirar algo, seja por propensão ou por semelhança a algo que já admiramos, o desprezo, que surge após a contemplação da coisa e sua destituição do lugar de objeto admirável, instala a recusa de tudo aquilo que causava amor e admiração “então a mente

Artigos Livres

permanece determinada, pela própria presença dessa coisa, a pensar mais naquilo que o objeto não tem do que naquilo que o objeto tem, ao contrário do habitual, pois diante da presença de um objeto, pensa-se, sobretudo, naquilo que ele tem”. (ESPINOSA, 2009, p.133). Isso acaba por produzir um comportamento de massa que gere ódio, desprezo e indiferença às demandas de grupos minoritários (SLOTERDIJK, 2002; CANETTI, 2011).

Martha Nussbaum (2011) alguns anos atrás nos recordou de como a junção de esquecimento, fanatização e a influencia de uma mídia de massa produziu um levante que matou milhares de muçulmanos na Índia. Tal combinação é bastante conhecida de nossas sociedades, elas avançam com pouco controle, por vezes, com o visto do estado, e já se reproduziram dos pogroms ao extermínio em Ruanda, mas também está na base da intolerância cultural, por vezes manifestada na paranoia que conduz a um massacre em uma escola nos EUA ou no Brasil, país este que já experimenta um ambiente psicológico que permite a um sujeito entrar atirando em uma festa de aniversário de um uma pessoa que possui uma posição política distinta⁶.

As sociedades parecem aprender pouco com as experiências de sofrimento e os traumas coletivos, é como se ao não pertencerem a todos acabam por não pertencerem a ninguém. Regressados ou recém-inscritos na condição de espectador treinado, culturalmente, tais sujeitos, formam-se como discípulos entorpecidos. “Nesses tipos de admiração, a ilusão ávida de felicidade torna-se violência política no desvio por meio de um ideal primitivo inapto ao consenso” (SLOTERDIJK, 2002, p. 28), daí que não é incomum que sociedades conformadas em tais termos passem a venerar a violência em todos os seus matizes.

⁶ Em julho de 2022, na cidade de Foz do Iguaçu no estado do Paraná, um agente penitenciário entrou armado em uma festa, após entoar gritos de “Aqui é Bolsonaro”. A festa terminou em uma troca de tiros entre o aniversariante, um guarda municipal, e o atirador, o primeiro terminou morto.

Artigos Livres

Uma educação mais sensível possui pouco efeito, e os espaços de produção da *bildung* revelam muito de sua debilidade ante a rudeza e a truculência.

Os memoriais, nesse quadro, possuem pouca força, quando podem pouco, muito pouco diante das massas e, mesmo contribuindo com a elaboração de uma narrativa comum podem facilmente passar a serviço do apagamento daquilo que deveriam preservar. A simples inação governamental pode ser suficiente para fazer com que um registro de algo que tenha pouca materialidade desapareça, exemplos recentes como a queima do acervo da Cinemateca e do Museu Nacional no Brasil são bastante representativos desse tipo de trabalho de obliteração que não precisa ser sistemático, basta contar com a incapacidade de quem se coloca para gerir estes espaços.

Assim, estas estruturas dos estados nacionais funcionam como produtores de revisão, quando não se pode recuperar uma memória apagada num incêndio, contribui-se, no limite da representação, com a elaboração do epistemicídios e, em termos mais radicais, com a despersonalização dos sujeitos que cria o ambiente para que os genocídios aconteçam (FEIERSTEIN, 2012)

Daí que as fotos sorridentes dos jovens retratados por Shapira⁷ não deveriam espantar a ninguém, e podem ser interpretados como representações mais ou menos seguras de como os processos de formação que impliquem numa maior sensibilidade para com a existência do outro, no âmbito de uma sociedade e dentro de algum registro do que outrora chamávamos de humanismo, em cujo espelho esperávamos ver refletidos os anseios democráticos da convivência entre os diferentes, vem perdendo terreno para expressões abertas de elogio da barbárie e do ódio ao outro.

⁷ Ver nota 3

Artigos Livres

Parafraseando o velho alemão (MARX, 2015), quando a história se repete como farsa e a memória é o único registro, com sua debilidade, que não nos permite resistir à barbárie, não há estrutura que sobreviva aos anseios de uma massa desejosa de entretenimento rápido, vazio e facilmente descartável e, de muitas formas, produz um tipo de despersonalização que nos indica o caminho do mal em seu registro banal, somos assim ensinados a não nos importarmos com o outro e seu destino, por mais trágico e horroroso que seja.

IV

Nas páginas anteriores procurei argumentar como a produção da barbárie possui mais força formativa do que a preservação da memória e de como os espaços de preservação desse dado imaterial, em sua fragilidade, podem ser objeto de revisionismo histórico. Ao apontar a dificuldade desses espaços sobreviverem ao desejo de seu apagamento ou revisão, não estou dizendo que tais lugares não possuem importância no plano geral de formação de uma sociedade, é justamente o contrário, são os poucos monumentos dedicados a este registro. Daí que é importante pensar como podemos manter a memória viva nos arranjos societários que se acostumaram a ter o lugar de memória.

A existência de um único lugar, talvez, seja o que venha convertendo-os em lugares de cultura. No momento em que a memória não está integrada aos processos de formação mais ampla de uma sociedade, como o caminhar nas ruas e o compartilhamento de uma vida comunitária, é compreensível que ela se torne entretenimento rápido, do turismo massivo, para o qual se dirige um sujeito, que pouco ou nada encontra desse registro em seu caminho. Aquilo que se quer preservar perde força diante dos

Artigos Livres

atos comesinhos da vida diária. O museu, o memorial e o monumento passam a ser pontos de passagem com o qual não quer identificação, sobretudo quando expressam um passado vergonhoso.

Se fizermos um simples exercício imaginativo, de pensar numa sociedade como a brasileira, que produziu o escravismo, mas que pouco ou nada nos lembra de que este fato existiu cotidianamente em nossas cidades. Se ao invés desse apagamento, todos os pontos de tráfico de pessoas escravizadas, todas as senzalas, todos os quartos de empregados, todos os fazendeiros fossem lembrados diariamente por uma placa, um marcador de memória, tal registro passaria a compor a paisagem formativa de um povo. Os lugares de memória poderiam deixar de ser lugares de cultura, para passarem a ser espaços integrados aos processos de formação da sociedade.

Não se pode existir um lugar de memória quando o horror aconteceu em todas as partes. Erigir um único espaço talvez seja o erro. Converter as cidades em cidades memoriais - do holocausto, da ditadura, da escravidão, do colonialismo - pode ser o caminho para colocarmos a memória a serviço da cidadania e não mais uma concessão feita a quem insiste na preservação do dado imaterial.

Não é de se estranhar que os campos de concentração sirvam constantemente de modelo para o capitalismo ocidental (AGAMBEN, 2014) e tais sociedades vivam constantemente produzindo alertas sobre os avanços do Neonazismo e dos supremacismos raciais na última década (UN, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022). Mais uma vez, tendo o velho barbudo como referência (MARX, 2015), talvez a experiência que está à nossa espera não seja mais a repetição da história como farsa, mas como tragédia, com o detalhe de que é uma tragédia anunciada em espaços para os quais já não damos à mínima.

REFERÊNCIAS

Achugar, H. (2003). El lugar de La memoria. A propósito de monumentos (motivos y paréntesis). E. Jelin & V. Langland (Eds.). *Monumentos, memoriales y marcas territoriales* (pp.191-216). Madrid: Siglo XXI de España.

Adorno, T. W. (2012). *Educação e Emancipação*. São Paulo: Paz e Terra.

Agamben, G. (2014) *O que resta de Auschwitz*. São Paulo: Boitempo.

Agamben, G. (2017) *Estado de Exceção. Homo Sacer, II, I*. São Paulo: Boitempo.

Anderson, B. (2009) *Comunidades Imaginadas. Reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras.

Altares, G. (2021). Governo ultranacionalista da Polônia aperta o cerco contra os historiadores do Holocausto. *El País*. 11 de fevereiro de 2021. <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-02-11/governo-ultranacionalista-da-polonia-aperta-o-cerco-contr-a-os-historiadores-do-holocausto.html>

Applebaum, A. (2018). O Pior Está Por Vir. Polarização, teorias conspiratórias, ataques à imprensa – como uma democracia pode acabar. *Revista Piauí*. Novembro de 2018. <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-pior-esta-por-vir/>

Arendt, H. (2004). *Responsabilidade e Julgamento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Arendt, H. (2013). *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras.

Augé, M. (1998). *Las formas del olvido*. Madrid: Gedisa.

Augé, M. (2017). *Não Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas, SP: Papirus.

Barcellos, J. A. S. (2006) *O Memorial como instituição no sistema de museus*. <https://memorial.mppr.mp.br/arquivos/File/Barcellos.pdf>

Artigos Livres

Castro, A.H.F. (2006). *Diferença entre museu, centro de memória e memorial*.

<https://memorial.mppr.mp.br/arquivos/File/Memorial.pdf>

Canetti, E. (2011). *Massa e Poder*. São Paulo: Companhia das Letras.

Carvalho, L.C.C. (2020). Olavismo e pulsão de morte. *Lugar Comum: estudos de mídia e cultura democrática*, 58, pp. 110-136. <https://revistas.ufrj.br/index.php/lc/article/view/40282>

Deutsch Welle (2018). Polônia atenua polêmica lei do Holocausto. *Deutsch Welle*. 27 de junho de 2018.

<https://www.dw.com/pt-br/pol%C3%B4nia-atenua-pol%C3%AAmica-lei-do-holocausto/a-44425875>

Didi-Huberman, G. (2013). *Cascas*. Serrote, (13), 98-133.

Didi-Huberman, G. (2017). *Cascas*. São Paulo: Ed. 34.

Duch, LI. (2004). Prólogo. In: Mèlich, J-C. *La Lección de Auschwitz*. Barcelona: Herder, pp. 11-18.

Espinosa, B. (2009). *Ética*. Belo Horizonte: Autêntica.

Fanon F. (1968). *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Feierstein, D. (2012). *Memorias y representaciones: Sobre la elaboración del genocidio*. Buesno Aires: Fondo de Cultura Económica.

Giacoa Jr, O. Mal Radical e Mal Banal. In: O que nos faz Pensar, nº 29, 2011, pp. 137-178. Disponível em: http://www.oquenosfazpensar.com/adm/uploads/artigo/mal_radical_e_mal_banal/oswaldo_giacoa_137-178.pdf. Acesso em 25/05/2015.

Gagnebin, J. M. (2009). *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo, Editora 34.

Goodman-Thau, E. (2017). *Memory and Morality after Auschwitz*. Nordhausen: Verlag T. Bautz GmbH.

Gonçalves, E. C. (2022). *A Banalidade do Mal como experiência do professor de Educação de Jovens e Adultos*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil.

Heidegger, M. (2003). *A Caminho da Linguagem*. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista : Editora Universitária São Francisco.

Artigos Livres

Jakobson, R. (2006). *A geração que esbanjou seus poetas*. São Paulo: Cosac Nayfi.

Jaureche, A. M. (2019). *Política nacional e revisionismo histórico*. Buenos Aires: Corregidor.

Martin, E. (2006). Re-reading Adorno: The 'after-Auschwitz' Aporia. Forum: University of Edinburgh Postgraduate Journal of Culture and the Arts, (2). <https://forumjournal.org/article/view/556>. Acesso em 30 de junho de 2022.

Marx, K. (2015). *El dieciocho Brumario de Luis Bonaparte*. Madrid: Alianza Editorial.

Matos-de-Souza, R. (2015) *Antes de Auschwitz: ensaio sobre autobiografia e formação em Elías Canetti*.

Tese de Doutorado. Universidade do Estado da Bahia, Salvador, Ba, Brasil.

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3598826#

Matos-de-Souza, R. (2016). As Lições do Lager: experiências com o mal e (de)formação nas narrativas de Lanzmann e Semprun. In: Moraes, D. Z; Cordeiro, V. M. R; Oliveira, O. V. *Narrativas Digitais, História, Literatura e Artes na Pesquisa (Auto)Biográfica*. Curitiba: Editora CRV, p. 129-144.

Matos-de- Souza, R. & Souza, E. C. de. A (De)Formação Pela Escola: Representações de Processos Formativos na Trilogia Autobiográfica de Elías Canetti. *Revista Brasileira De Pesquisa (Auto)biográfica*, 1(2), 236-253. <https://doi.org/10.31892/rbpab2525-426X.2016.v1.n2.p236-253>

Matos-de-Souza, R; & Medrado, A.C.C. (2021) Dos corpos como objeto: uma leitura pós-colonial do 'Holocausto Brasileiro'. *Saúde em Debate*. 2021, 45(128), 164-177. <https://doi.org/10.1590/0103-1104202112813>

Matos-de-Souza, R. (2021) El Colonialismo revisitado por la memoria. O. A. J. García, J. M. C Sedeño & Ramírez, I. R (Eds). *Territorios, Comunidades y Practicas: Una Lectura En Clave Decolonial* (pp. 21-41). Pereira: Universidad Libre. <https://repository.unilibre.edu.co/handle/10901/19851>

Mbembe, A. (2018). *Necropolítica*. São Paulo: n-1.

Nussbaum, M. (2011) *Sin fines de lucro: Por qué la democracia necesita de las humanidades*. Buenos Aires: Katz.

Artigos Livres

Poggio, P.P. (2006). *Nazismo y Revisionismo histórico*. Madrid: Akal.

Political dictionary. (03 de agosto de 2022). *Alternative Facts*.

<https://politicaldictionary.com/words/alternative-facts/>

Rossi, P. (2010). *O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias*. São Paulo: Editora UNESP.

Sloterdijk, P. (2002). *O desprezo das massas: ensaio sobre lutas culturais e sociedade moderna*. São Paulo: Estação Liberdade.

United Nations – UN (2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022). Reports on the glorification of Nazism. Special rapporteur on contemporary forms of racism. <https://www.ohchr.org/en/special-procedures/sr-racism/reports-glorification-nazism>